



Eleições e cultura política no Brasil Império: a primeira eleição da Regência Una (Pernambuco, 1835)

MANOEL NUNES CAVALCANTI JUNIOR¹

No dia 7 de abril de 1835, quatro anos após a abdicação de Pedro I e o início da Regência, os brasileiros aptos a votarem foram às urnas para concretizar a mudança constitucional gerada pelo Ato Adicional do ano anterior. Se antes a Constituição de 1823 normatizava que o Império seria governado por três regentes durante a menoridade do príncipe herdeiro, agora a Regência ficaria nas mãos de um único indivíduo com mandato de quatro anos (Art. 26). A eleição seria feita pelos eleitores da respectiva legislatura, onde cada um deles votaria em dois cidadãos brasileiros, sendo que um deles não poderia ser da província que pertencessem os colégios eleitorais (Art. 27). Esta nova organização da Regência deu base para que se caracterizasse aquele período como uma “experiência republicana” (CASTRO, 2004:52-53).

Facções políticas na Corte e em Pernambuco durante a Regência

Ainda perdurava em 1835 a divisão no tabuleiro político entre as facções dos moderados (ou *chimangos*), restauradores (ou *caramurus*) e exaltados (ou *farroupilhas*). Cada uma forjada a partir de visões distintas sobre que modelo de nação o Brasil deveria seguir. De acordo com Marco Morel, os *moderados* eram liberais e defensores de um Estado forte e centralizador. Seu núcleo girava em torno da Corte, especialmente nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Porém, isto não impediu que tivessem ramificações por todas as demais províncias. Após a abdicação de Pedro I, em 7 de abril de 1831, foram eles que assumiram e controlaram o poder durante a Regência. Os *restauradores* existiam desde a década de 1820. Com um discurso pautado pelo antiliberalismo, defendiam um Estado centralizador e destacavam a soberania monárquica diante das noções de soberania nacional ou popular. Na Regência seu mote seria a defesa do retorno de Pedro I ao trono brasileiro. Já os *exaltados* tinham por base do seu ideário a valorização da soberania popular. Seus líderes usavam um discurso de chamamento das camadas pobres a que participassem da vida pública,

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) – Campus de Vitória da Conquista
Doutorando em História pela UFPE
FAPESB



denunciando a opressão econômica, social e étnica. Além disso, empunhavam a bandeira do federalismo e da descentralização administrativa (MOREL, 2003:33-38).

Em Pernambuco a configuração política era muito parecida com aquela que predominava na Corte. Desde a Confederação de 1824 que a província era palco de uma acirrada disputa política. Inserida no contexto do processo da Independência do Brasil que ali se desenrolou, a Confederação representou a luta pelo poder entre dois grupos, iniciada anos antes, quando da conflagração entre os diferentes projetos de nação surgidos durante o processo. O primeiro era formado pelos partidários de Pedro I, classificado por Carvalho como “centralista”: bem articulados com o projeto pensado no Rio de Janeiro, seus integrantes eram favoráveis à união das Províncias sob a batuta do príncipe regente (CARVALHO, 1998). Tinha como integrantes muitos elementos oriundos da antiga aristocracia açucareira, despontando como líder maior o Morgado do Cabo e futuro Marquês do Recife, Francisco Paes Barreto. O segundo grupo era o dos federalistas, interessados principalmente em manter a autonomia provincial que havia sido conquistada com a Revolução do Porto, em 1821. Era liderado pelo comerciante Gervásio Pires Ferreira, tendo despontado também o nome de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que seria o Presidente da proclamada Confederação.

O fracasso do movimento de 1824 representou a consolidação do projeto centralizador. O Morgado do Cabo e seus aliados, principalmente os Cavalcanti, ficaram com os louros da vitória e foram bem recompensados por Pedro I (CARVALHO, 1998). Aos perdedores, reservou-se a perseguição. Paes de Andrade, por exemplo, precisou refugiar-se em um navio inglês e exilar-se, só voltando ao país após a abdicação do Imperador.

Quando o Morgado do Cabo se afastou da lida política, os Cavalcanti se tornaram seus herdeiros políticos. Congregando ao seu redor um bom número de famílias de grandes proprietários, interligados entre si por laços de parentesco, os filhos do velho Coronel Suassuna souberam manobrar de tal forma que se tornaram personagens preponderantes na luta política, tanto no âmbito provincial como no nacional.²

A abdicação de Pedro I, em 1831, trouxe mudanças para o cenário político nacional e, especialmente, para Pernambuco. Os *federalistas* de 1824 se dividiram entre os *exaltados* e os *chimangos*. Quanto aos *restauradores*, seu grupo era formado principalmente por militares,

² Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna) e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque (Visconde de Camarajibe). Os três últimos foram Senadores por Pernambuco. O Visconde de Suassuna foi vice presidente da Província desde o início dos anos 1820, tendo assumido a Presidência, entre 1826 e 1844, por sete vezes. Sobre eles, ver CARVALHO, 1998; CARVALHO, 2009:121-183; CADENA, 2011.



portugueses e desembargadores da Relação da Província. O motim conhecido como Abrilada, ocorrido em 1832, foi promovido por elementos restauradores do Recife. O desenrolar dos seus acontecimentos levou ao surgimento da chamada Guerra dos Cabanos, que se estenderá até 1835 (CARVALHO, 1998). Uma diferença entre Pernambuco e a Corte era a existência de um quarto grupo político, a oligarquia dos Cavalcanti. Conforme afirmado anteriormente, foram eles um dos principais beneficiados com a vitória de Pedro I sobre a Confederação do Equador. Carvalho afirma que, embora aliados, os Cavalcanti eram refratários à tentativa do Imperador em monopolizar o poder na Província. A centralização deveria ir até onde não interferisse em seus interesses locais. A relação transcorria um tanto tensa. A Abdicação de 1831, que a princípio poderia ser vista como derrota para este grupo, não atingiu significativamente o seu poder (CARVALHO, 2009:124-126). A movimentação política dos Cavalcanti os levou a uma certa autonomia em relação aos demais grupos. Existia uma suspeita de aproximação com os *restauradores*, fato revelado em uma carta do General Abreu e Lima dirigida a um de seus irmãos.³

Candidatos e a eleição em Pernambuco

A definição dos candidatos resultou no processo de divisão interna da facção dos moderados na Corte. Até então eles eram os senhores da situação. No jogo político conseguiram controlar o governo regencial desde 1831. No entanto, a eleição de 1835 iria mostrar que sua unidade começava a se esvanecer. Uma parte da liderança lançou a candidatura do padre Feijó, apoiado por um dos principais nomes moderados: o jornalista Evaristo da Veiga. Nas lutas internas, Feijó conseguiu ser reconhecido como candidato oficial da facção. No entanto, seu nome não era unanimidade. Os moderados insatisfeitos articularam uma candidatura alternativa. Liderados por Honório Hermeto, procuraram construir um arco de apoio encabeçado por lideranças do Norte, como os Cavalcanti e Araújo Lima de Pernambuco. A princípio Honório tentou convencer Costa Carvalho, que refutou o convite. Pensou-se no nome do pernambucano Luiz Cavalcanti, mas acabou sendo confirmado o do seu irmão, Holanda Cavalcanti (CASTRO, 2004:52-53). Feijó e Holanda, portanto, se tornariam os dois principais candidatos daquela eleição.

³ “...ele (Pedro I) muito se tem pago dos Pernambucanos nesta Época – a ideia de um Suassuna nesse negócio lhe dá prazer porque ele faz grande ideia do desinteresse e da honra dessa família...” Recife, Diário de Pernambuco, 12/01/1834, nº 292.



A presença de Holanda Cavalcanti era um fator importante não só na política nacional, mas principalmente nas disputas locais da província pernambucana. Evidenciava-se a importância que a oligarquia liderada por ele e seus irmãos tinha no tabuleiro político do Império. Apesar de tido por liberal, as ideias de Holanda Cavalcanti não o impediam de se movimentar pelos diferentes espectros políticos da época. Pereira da Costa sintetiza bem sua conduta: “Foi liberal desde 1826 até o último dia de sua vida; mas sempre com a mais absoluta independência de ideias e sem jamais respeitar disciplina de partido.” (COSTA, 1882: 94.) De fato, ninguém o controlava. Na 1ª Legislatura manteve uma atitude independente. Na discussão da resposta da Câmara à fala do trono de 1828, ousou propor uma emenda que substituiria a expressão “a mais completa satisfação” por “o maior pesar”, tudo devido ao fato do imperador ter concluído tratados internacionais sem a discussão prévia daquela casa (CARVALHO, 2009:133). Durante a Regência, manteve-se em oposição desde o princípio, especialmente à influência de Feijó. Basile o classifica como um dos principais nomes entre os caramurus que atuavam na Câmara (BASILE, 2009:63). Esta posição política adotada por Holanda Cavalcanti nos primeiros anos do período regencial é confirmada pela sua participação em um plano para a criação de uma Confederação Caramuru no norte do Império. Esta Confederação se estenderia da Bahia até o Pará, colocando no trono uma das princesas imperiais, filhas de Pedro I. A conspiração ocorreu entre 1831 e 1832, quando Holanda Cavalcanti chegou a negociar com o chefe da representação diplomática da França, Charles-Édouard Pontois, apoio militar e econômico dos franceses. Em troca, o novo país alteraria suas fronteiras com a Guiana Francesa e celebraria um tratado de amizade e comércio com privilégios aos franceses. A resposta do governo francês foi negativa. Ele sairia candidato a Regente não somente em 1835, mas também na eleição seguinte contra o seu conterrâneo Araújo Lima. A partir de 1837, com o surgimento do Regresso e consequente articulação que daria origem ao Partido Conservador, juntou-se à ala dos moderados e a alguns ex-caramurus, formando, assim, o Partido Liberal. Seria um dos seus principais nomes e dos poucos senadores ligados aos liberais.

A província de Pernambuco estava em um momento turbulento da sua vida política no ano de 1835. Em janeiro um motim de guardas nacionais na capital levou à renúncia do então presidente da província, Francisco de Paula d’Almeida e Albuquerque, e à ascensão ao posto do herói da Confederação do Equador, Manoel de Carvalho Paes de Andrade. A princípio ligado aos exaltados locais, Paes de Andrade acabou governando apoiado pelos moderados (CAVALCANTI JUNIOR, 2015:71-91). A oposição exaltada, com o apoio velado dos



restauradores e dos Cavalcanti, promoveu um levante que ficou conhecido como as Carneiradas, em janeiro e março de 1835 (CAVALCANTI JUNIOR, 2015:45-65). Embora vitorioso sobre os seus opositores no campo de batalha, Paes de Andrade não conseguiu traduzir este sucesso em poder político para os moderados da província. Logo após a eleição, em 11 de abril ele deixaria o cargo e se dirigiria à Corte para ocupar um lugar no Senado, eleito pela província vizinha da Paraíba. Era o começo do fim para os moderados pernambucanos, que viriam o poder local retornar às mãos dos Cavalcanti.

A campanha na província pernambucana mobilizou a máquina eleitoral de moderados e dos Cavalcanti. A propaganda da candidatura de Holanda Cavalcanti na capital foi encabeçada pelo periódico do jovem advogado Nabuco de Araújo, *O Aristarco*. Aliado a ele estava o Diário de Pernambuco, que dias antes da eleição imprimiu em suas páginas artigos com críticas a Feijó. Por seu lado, os moderados promoviam e defendiam o padre Feijó através do periódico *O Velho Pernambucano*. Foi em um de seus números, já depois das eleições, que se publicou uma circular da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional aos eleitores retirada do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro.

A circular acusava Holanda Cavalcanti de ser caramuru e membro da oposição ao governo. O texto fazia uma comparação entre ele e Feijó. Feijó é descrito como o defensor das reformas constitucionais; homem simples e modesto, no poder ou fora dele; não tinha clientela e nem numerosa família. Já Holanda era tido como adversário das reformas; era aristocrático e dominado por pretensões de nobreza; cercado de inúmera família, parentes ávidos, que tem que satisfazê-los por gratidão e apoiado pelos simpatizantes do antigo governo de Pedro I. Por fim, a circular dizia que Feijó inspirava confiança pela ordem, enquanto Holanda, não.⁴ Ainda segundo os moderados, durante a campanha o partido de Holanda não poupou “meios por vergonhosos que fossem para lhe conseguir votos...”⁵ Outro periódico moderado, *A Voz do Bebiribi*, também se encarregou de promover o padre de Itu. Editado por Bernardo de Souza Franco, então estudante do Curso Jurídico de Olinda, o periódico fez uma descrição da vida pública dos três candidatos mais comentados em Pernambuco: Holanda Cavalcanti, Araújo Lima e Feijó. Do primeiro, considerava o menos preparado para cargo tão importante. Araújo Lima seria melhor que Holanda, mas ainda não o suficiente para desbancar Feijó, que deu mostras de sua capacidade quando Ministro da

⁴ Recife, Diário de Pernambuco, 03/04/1835, nº 49. O Velho Pernambucano, 28/04/1835, nº 11.

⁵ Recife, O Velho Pernambucano, 20/06/1835, nº 20.



Justiça e impediu o Brasil de ser tomado pela anarquia. Além do mais, Feijó era o primeiro entre as notabilidades e muito respeitado na Europa.⁶

A eleição, como rezava o Ato Adicional, constaria no voto de cada eleitor em dois candidatos, tendo que um deles ser obrigatoriamente em um cidadão de fora da província. Sendo os dois principais candidatos um pernambucano e outro paulista, caberia a seus aliados locais montar estratégias distintas. Para os Cavalcanti, a prioridade era despejar votos em Holanda e impedir que Feijó fosse o candidato de fora mais bem votado. Para isso deveriam trabalhar o nome de alguém de fora para se contrapor a Feijó. Aos moderados pernambucanos o desafio era o inverso. Deveriam eles promover como principal candidato de fora a Feijó e buscar um pernambucano ou até mais de um que tirasse votos de Holanda.

Os números finais da votação em Pernambuco nos revelam como essas estratégias funcionaram. A Assembleia Geral só conseguiu fazer a apuração dos votos em outubro. Feijó venceu com 2.826 votos em todo o Império, deixando Holanda Cavalcanti em segundo lugar com 2.251. Os votos de Pernambuco foram apurados na sessão do dia 8 de outubro. Eram quatorze colégios eleitorais. Considerando a regra de um eleitor votar em dois candidatos, cada colégio ficou com os números apresentados no quadro abaixo.⁷ Ainda seguindo essa lógica, o total de votos da província representaram a presença de 560 eleitores. Foram quarenta e cinco os cidadãos que receberam votos dos pernambucanos. Pegando os seis primeiros colocados, os dados que temos são os que seguem no **QUADRO 1**.

Como esperado, os dois principais candidatos nacionais foram os que se destacaram na eleição em Pernambuco. Eles foram os únicos que receberam votos em todos os colégios eleitorais. No geral, os Cavalcanti demonstraram sua força angariando 354 votos para Holanda, o que equivalia a 63,2% dos eleitores. Para tentar lhe fazer frente, os moderados tiveram como arma o nome de Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Ele conseguiu bater Holanda em dois colégios: Flores e Cabrobó, tendo o dobro de votos em um e quatro vezes o do seu adversário em outro. Isso se explica pelos acontecimentos em torno da disputa da vigaria de Flores. Manoel de Carvalho deu amplo apoio ao padre Pequeno, cuja facção a que estava ligado dominava a luta política por aqueles dias. Já em Goiana, onde Carvalho também interferiu auxiliando um dos lados da disputa entre os Lins e Nunes Machado, o seu desempenho foi pífio. É possível que ali, além da influência Cavalcanti, o voto dos Lins foi

⁶ Recife, A Voz do Bebiribi, 26/03/1835, nº 05.

⁷ Nos Anais da Câmara consta como um dos colégios o da “vila de Cima”. Muito provavelmente é um erro de grafia. Na verdade o que existia era a vila de Cimbres.



descarregado no adversário dos moderados como forma de retaliação. No colégio de Pau d'Alho o ex-presidente Carvalho quase empatou com Holanda. Nos demais onde recebeu votos, acabou ficando muito aquém do futuro Visconde de Albuquerque. Os moderados não tinham um nome forte que fizesse contraponto ao poderio dos Cavalcanti e seus aliados naquele momento.

Tirando Flores e Cabrobó, onde perdeu para Manoel de Carvalho, e Garanhuns, onde foi derrotado por Araújo Lima, Holanda Cavalcanti venceu nos outros onze colégios. Em Pau d'Alho a vitória foi apertada, mas nos demais a porcentagem foi superior a 60%. Em Tacaratu chegou a obter 90% dos votos, no Cabo 87% e em Santo Antão, 80%. No maior e mais importante colégio eleitoral, o da capital, ficou com 68% dos votos. Certamente ali foi importante o apoio dos exaltados, recém saídos das Carneiradas e sofrendo a repressão do governo dos moderados.

QUADRO 1 – Lista dos seis candidatos mais bem votados para Regente em Pernambuco na eleição de 1835

Colégio	Eleitores	Candidatos Pernambucanos			Candidatos de Fora		
		Holanda	Araújo Lima	Manoel de Carvalho	Feijó	Arcebispo da Bahia	Pinheiro de Vasconcelos
Recife	117	80	25	7	43	24	1
Olinda	23	15	7	-	7	5	-
Goiana	64	41	17	4	17	16	-
Cabo	62	54	5	2	2	22	1
Serinhaém	42	26	14	2	12	2	-
Sto. Antão	50	40	5	3	4	15	18
Pau d'Alho	38	13	12	12	30	-	1
Garanhuns	42	9	23	-	10	9	20
Flores	25	8	-	19	17	-	-
Cimbres	13	10	-	-	1	-	7
Limoeiro	31	22	9	-	15	-	-
Tacaratu	20	18	-	1	18	-	-
Cabrobó	11	2	-	8	2	-	-
Igarassu	22	16	-	-	1	1	3



Total	560	354	123	58	179	94	51
%	100	63,2	22	10,3	32	16,7	9,1

Fonte: *Annaes do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados – 2º Ano da Terceira Legislatura – Sessão de 1835*. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia de Viúva Pinto & Filhos, 1887. p. 365-366. http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=8/10/1835. Acessado em 27.05.2013.

É de se supor que nesta eleição os Cavalcanti tivessem como aliados, além dos exaltados, os ex-restauradores e áulicos liderados por Araújo Lima. Se assim fosse, a votação de Holanda Cavalcanti teria sido melhor. Araújo Lima conseguiu votos em nove dos colégios eleitorais, ficando com uma boa votação (percentualmente falando) em Recife, Goiana, Sirinhaem e Limoeiro, quase empatando com Holanda em Pau d’Alho e o ultrapassando em Garanhuns. São indícios de que a facção mais conservadora ligada a Araújo Lima não estava com esta disposição toda em apoiar os Cavalcanti. A bem da verdade, a relação entre estes dois grupos não foi de alinhamento automático. Houve momentos em que Araújo Lima e os Cavalcanti se uniam, mas em outros ficavam às turras. Como o que determinavam essas variações eram os interesses provinciais que fossem postos em jogo, na eleição para Regente o apoio não foi entusiástico.

No que diz respeito aos candidatos de fora da província, a tarefa dos moderados foi menos inglória. Eles conseguiram deixar Feijó no segundo lugar geral e em primeiro entre os não pernambucanos. Feijó empatou em números de votos com Holanda nos colégios de Tacaratu e Cabrobó, o superando em outros três: Pau d’Alho, Garanhuns e Flores. Estes números confirmam a tese de que a estratégia deveria ser por categoria de candidatos: pernambucanos e não pernambucanos. O empate em Cabrobó se deu por conta da vitória de Manoel de Carvalho naquele colégio, retirando votos de Holanda. A vitória em Pau d’Alho e Flores também está relacionada à boa votação de Carvalho. Já em Garanhuns, a vitória sobre Holanda deve ser creditada à expressiva votação de Araújo Lima.

Para se contrapor a Feijó entre os não pernambucanos os Cavalcanti utilizaram dois nomes: os baianos Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos e o Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antônio de Seixas. O desembargador Pinheiro de Vasconcelos foi o último presidente de Pernambuco ligado a Pedro I. Nomeado em 9 de dezembro de 1829, era ele quem estava à frente da província quando chegou ao Recife a notícia da abdicação, em maio



de 1831, e que enfrentou as turbulências provocadas por ela. Durante sua presidência também estourou a Setembrizada, naquele mesmo ano. Deixou o cargo em outubro, dando lugar a Francisco de Carvalho Paes de Andrade, irmão de Manoel de Carvalho. Na grande maioria dos colégios onde Holanda Cavalcanti predominou, os dois baianos receberam votos. Eles conseguiram fazer estragos maiores na votação de Feijó em quatro deles: Cabo, Santo Antão, Cimbres e Igarassu.

A eleição para Regente, portanto, pintou um quadro do momento político vivido pela província de Pernambuco. Tal quadro apontava para o isolamento e enfraquecimento dos ainda governistas moderados, com uma forte oposição dos Cavalcanti e seus aliados, os liberais exaltados e os áulicos de Araújo Lima. Para completar as dificuldades dos moderados, dentro em breve eles perderiam o controle da presidência da província, depois de quase quatro anos.



BIBLIOGRAFIA

BASILE, Marcello. O laboratório da Nação: a era regencial (1831 - 1840). In. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial, v.II: 1831 – 1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. **O herói da Confederação do Equador volta do exílio: Manoel de Carvalho Paes de Andrade e as lutas políticas regenciais (Pernambuco, 1831-1835)**. In SAECULUM – Revista de História. [33] João Pessoa: julho/dezembro 2015.

_____. **Revisitando as Carneiradas: os irmãos Machado Rios e as disputas políticas em Pernambuco (1834-1835)**. In CLIO – Revista de Pesquisa Histórica. Nº 33.1. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2015.

CARVALHO, Marcus J. M. **Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 - 1824**. in Revista Brasileira de História. vol. 18, nº 36. São Paulo: 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200014> (acessado em 04/05/2012).

_____. **Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848)**, in GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial, volume II: 1831 – 1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v.4.

COSTA, Francisco A. Pereira da. **Diccionario Biographico de Pernanmbucanos Celebres**. Recife: Typographia Universal, 1882.

MOREL, Marco. **O Período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.